

AVENÇA
MENSÁRIO
DA
CGTP-IN

Maió de 1993
3.ª série - N.º 26
R. Vitor Gordon, 1-3.ª
1294 Lisboa Codex
40500

ALAVANCA

40^h
NO MÊS

CGTP-IN CONVOCA

5 JUNHO

**Pelos salários
e emprego
Por uma política
diferente**

PARA 5 DE JUNHO

MANIFESTAÇÕES

CONCENTRAÇÕES

EM TODO O PAÍS



MAIO DEU O MOTE:

ISTO NÃO PODE CONTINUAR ASSIM!

EDITORIAL

Isto não pode continuar

Em lugar do «óasis» e do «sucesso» estamos hoje perante um quadro de agravamento da situação económica.

São os efeitos da política neoliberal, monetarista e de convergência nominal que o governo de Cavaco Silva escolheu para o país.

É o falhanço da modernização da nossa economia.

Hoje é sistemática a destruição de postos de trabalho.

Apesar do governo pretender esconder a realidade do desemprego, sabe-se que esta atinge já 8%.

Os despedimentos, rescisões de contratos, reformas antecipadas, passagens a disponíveis na administração pública, são factos do nosso quotidiano.

O trabalho infantil mantém-se. Regressam os salários em atraso.

Patronato e governo procuram, a todo o custo, bloquear a contratação colectiva. O que o ministro Braga de Macedo e, de resto, todo o governo estão a fazer para conter os salários é, de todo em todo, inaceitável.

Áreas tão sensíveis como a segurança social e a saúde mostram a existência duma política que põe de lado todos os princípios de solidariedade e justiça num percurso acelerado para tentar reduzir a função social do Estado.

As atitudes que o governo e o patronato estão a tomar de violações dos direitos dos trabalhadores e das organizações sindicais e de ataque ao direito à greve são uma clara atitude de confrontação.

Destes e doutros factos resultam situações de crescente desigualdade e exclusão social e de aumento das manchas de pobreza.

O governo pretende sacudir a água do capote da situação. Anuncia «pacotes» para disfarçar os seus fracassos e tentar minorar as situações que gerou.

Isto não pode continuar assim.

É o nosso presente e o nosso futuro, é a nossa dignidade, enquanto pessoas, que estão a ser postos em causa.

Temos que intervir mais para obrigar a que haja uma política diferente em Portugal.

Para já, participar no dia 5 é um direito e uma obrigação.

Manuel Lopes

BREVES

CGTP receberam sindicalistas japoneses

A CGTP-IN recebeu, na primeira semana de Maio, uma delegação sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores Japoneses - ZENROREN - conduzida pelo respectivo Vice-Presidente, Takaji Kamogawa.

Os sindicalistas japoneses vieram conhecer a realidade do movimento sindical e dos trabalhadores portugueses no quadro da integração de Portugal na Comunidade Europeia e da crescente influência dos grandes grupos económicos a nível mundial, em particular dos japoneses.

Durante a visita, a delegação japonesa encontrou-se com o Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, e com Florival Lança, membro da Comissão Executiva e responsável pelas relações internacionais da Central. Os dirigentes de ambas as organizações concordaram na necessidade de aprofundar a sua cooperação face à nova ordem internacional, mais injusta e preocupante, e à ofensiva generalizada das políticas económicas e sociais neo-liberais contra os direitos dos trabalhadores, a todos os níveis.

Solidariedade com a ASPP

A grande vaga de solidariedade que está gerada em torno dos dirigentes da Associação Sócio-Profissional da PSP (ASPP), a quem foram instaurados processos disciplinares por terem feito declarações públicas sobre a estruturação das forças de segurança, atingiu um dos momentos mais altos na grande manifestação de solidariedade realizada no dia 20 de Maio, em Lisboa.

A CGTP-IN e a generalidade do MSU manifestaram o seu apoio a uma limitação da liberdade de expressão, solidarizando-se com os dirigentes da ASPP e apoiaram a manifestação.

CE aposta numa melhor formação profissional

A Comissão das Comunidades definiu novas orientações para a política comunitária em matéria de educação e formação profissional.

As novas acções para o período que vai de 1995 a 1999 deverão constituir, no entender da CE, um elemento catalizador capaz de criar sistemas inovadores de educação e formação profissional.

A Comissão propõe duas grandes linhas de acção: a primeira trata a educação e a segunda sobre a formação profissional, propriamente dita.

No respeitante à primeira, a Comissão propõe-se encorajar a inovação e melhorar a qualidade da educação através do reforço da cooperação a nível comunitário, o que implica a participação activa das universidades e outros estabelecimentos de ensino superior.

Quanto ao segundo grupo de acções, a CE defende um programa comunitário único e coerente de formação profissional que possa, ao mesmo tempo, apoiar e complementar as acções nacionais.

Livros verdes sobre o social e o regional

A Comissão das Comunidades Europeias está a preparar dois livros verdes: um sobre a construção da dimensão social comunitária e outro sobre a política regional.

Estes textos servirão de base à discussão que irá ser realizada em todo o espaço comunitário, nomeadamente sobre as prioridades em cada uma destas frentes, a respectiva dotação orçamental, elegibilidade geográfica, coordenação com o apoio à Europa de Leste e questões institucionais.

ALAVANCA
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Redacção: Júlio Cárdeno, Manuela Monteiro, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva; Gráficos e Maquetagem: Cristina Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: Matos Serra; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 56 700 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Heska Portuguesa, S.A. Depósito Legal: 42077/91; Morada: R. Vitor Gordon, Nº 1, 2º - 1294 Lisboa Codex; Telef: 347 21 81 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (VMS), Humberto Costa (FSTFP), Manuel Pisco (USP), Horácio Azeiteiro (FSCPG), Maria Augusta (SEP).

MULHERES

Projecto da OIT sobre a igualdade das mulheres no emprego

Termina em 1994 o Programa lançado pela OIT sobre a igualdade das mulheres no emprego.

Os principais objetivos deste programa são:

- Reforçar a eficácia da legislação relativa à promoção da igualdade de direitos no emprego assegurando a sua concretização na prática e revendo as disposições que favoreçam a discriminação directa ou indirecta;

- Ter uma melhor percepção dos obstáculos à igualdade no mercado de trabalho, examinar as razões da sua persistência e propor meios com vista a reduzi-los e eliminá-los;
- Examinar as opções poli-

ticas, as estratégias e as medidas práticas que permitam promover a igualdade.

O projecto compreende 12 questões, entre elas: a melhoria dos dados estatísticos sobre a discriminação; o emprego das mulheres nos países em desenvolvimento e nos países de transição; a protecção na maternidade; as disposições que permitam fazer respeitar os direitos das mulheres; a igualdade em matéria de segurança social; a diversificação de qualificações e de profissões; o assédio sexual; as mulheres e a vida sindical; a negociação colectiva; e a promoção da igualdade e acções positivas.

Em 1994, a OIT organiza-

rá um fórum internacional "sobre a igualdade das mulheres no emprego no mundo em mutação: desafio para o futuro".

Este fórum permitirá examinar as tendências positivas e negativas, os problemas que se mantêm sem solução, os desafios e as possibilidades que se oferecem no domínio do trabalho das mulheres depois das mutações do contexto socioeconómico. O fórum será igualmente para fazer um balanço crítico das diversas reacções a estes desafios e para identificar os elementos que poderão ser a base de acções futuras da OIT e dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores.

Helena Policarpo

Mulheres do distrito do Porto 42 por cento consideram-se discriminadas

A União dos Sindicatos do Porto lançou um inquérito às mulheres do distrito do Porto, nos mais variados sectores de actividade e, em particular, naqueles que concentram um maior número de mão-de-obra feminina.

O inquérito abrangeu 286 mulheres, essencialmente jovens (151 das inquiridas têm menos de 30 anos) e visou aprofundar o conhecimento da sua situação, não apenas em termos do local de trabalho e do grau de realização profissional, mas também do seu modo de vida e aspirações, da sua participação na vida sindical ou em outras actividades, bem como do grau de conhecimento dos seus direitos e da percepção quanto às discriminações de que são alvo.

Um dos resultados mais positivos revelados pelo

inquérito é o apego demonstrado ao trabalho. Com efeito, apesar de 50 por cento considerarem o seu trabalho muito cansativo, 52 por cento monótono e apenas 11 por cento criativo, somente 4 mulheres se referiram à hipótese de o abandonar.

No entanto, 47 por cento das trabalhadoras, se pudessem, mudavam de emprego em busca de melhores condições de trabalho e, sobretudo, de ritmos menos intensos.

Níveis de escolaridade e discriminação

Relevante é a análise dos níveis de escolaridade: 43 por cento não passaram do ensino básico e 27 por cento do preparatório, 12 por cento do 9.º ano ou equivalente e 12 por cento do secundário, enquanto no ensino superior essa

percentagem baixa para os 6 por cento.

Não pode, pois, surpreender o facto de as mulheres serem maioritárias nos sectores que piores remunerações apresentam e que na escala hierárquica da carreira se ficam normalmente pelos níveis mais baixos.

Esse mesmo sentimento fica expresso quando 42 por cento se consideram discriminadas em relação aos seus colegas de trabalho, seja em relação aos salários, aos prémios, progressão na carreira ou acesso à formação profissional.

Uma das formas de discriminação mais referidas é o desconto, por ausência, nos prémios mesmo quando essas ausências são justificadas pelo exercício de direitos como consultas pré-natais, amamentação, maternidade, assistência ao agregado familiar. A actividade sindical é outro pretexto de discriminação.

Condições de vida

Quanto às condições de vida, as inquiridas responderam que há falta de estruturas de apoio às mulheres, sobretudo no que se refere a creches e infantários que são poucos e caros e à habitação, sendo frequentes os casos de partilha de habitações com familiares (pais/sogros), o que tem repercussões no bem-estar físico e psíquico das famílias.

Por outro lado, 53 por cento das mulheres inquiridas fazem ainda, em regime de exclusividade, o trabalho doméstico. O Domingo à tarde é, para muitas, o único período em que podem usufruir algum descanso.

70 por cento afirmam conhecer os direitos das mulheres, mas apenas 51 por cento afirma que eles têm sido cumpridos em relação a si e, note-se, só 6 por cento já reclamaram pelo facto de isso não acontecer.

INTER-REFORMADOS

O direito à segurança social e a uma reforma digna

É um facto que os custos da Segurança Social têm aumentado progressivamente, quer em virtude do aumento do número de reformados, quer pela subsistência e mesmo aumento de um elevado nível de pagamento, quer ainda pelo alargamento das responsabilidades da Segurança Social.

Em Portugal, como noutros países da Comunidade Europeia onde a Direita se instalou no poder, vem sendo posto em causa o direito à Segurança Social e a uma reforma digna e o seu financiamento tripartido - Estado, empresas, trabalhadores no activo -, tal como tem funcionado entre as décadas de 60/90.

Assim, os governos de direita provocam o alarmismo em relação à deficiente situação financeira da Segurança Social, para melhor justificar as suas medidas de esvaziamento, restrição e privatização de serviços, por forma a diminuir os custos que competem ao estado.

Simultaneamente, ou reduzem os custos das empresas ou aumentam os subsídios a conceder-lhes, sob o pretexto da promoção do emprego, e aumentam a participação dos trabalhadores ou procuram mesmo transferir para estes a responsabilidade pela sua segurança social, através dos chamados planos de poupança-reforma, fundos de pensões, seguros de reforma, etc.

Em Portugal, os desequilíbrios financeiros da Segurança Social são devidos, no fundamental, à evasão e elevado volume de dívidas do patronato (mais de 300 milhões de contos) ao insuficiente desconto por parte das profissões liberais, ao facto do Governo se furar às suas responsabilidades no que diz respeito ao financiamento pelo Orçamento do Estado

dos regimes não contributivos ou insuficientemente contributivos (agrícolas, domésticas, etc.) e da acção social.

Acresce ainda que o orçamento da Segurança Social financia cada vez mais a política de emprego e de formação profissional. Isto, para já não falar nas consequências da desregulamentação do trabalho, pelo aumento dos trabalhadores independentes, clandestinos, domiciliários, etc., em detrimento do número de assalariados por conta de outrem.

No nosso Governo aumenta e agrava esta situação ao atrasar o pagamento das reformas e subsídios de desemprego para melhor fazer passar as suas medidas negativas que visam piorar a fórmula de cálculo da reforma (já hoje responsável por estas terem um valor médio inferior a um terço do valor médio do salário dos vivos activos) e as insuficientes actualizações anuais do

valor das pensões.

O Governo prepara-se mesmo para transferir para o regime geral da Segurança Social os trabalhadores da Função Pública com menos de cinco anos de inscrição, procurando igualar pelo que é pior.

Os trabalhadores descontam para a Segurança Social através de duas vias: descontos pelo aumento do seu salário e indirectos, os que são feitos pela empresa, os quais são contabilizados como custos salariais.

Portanto, os reformados, enquanto trabalharem, compram o direito à reforma.

Assim, não podem aceitar que o Governo, qualquer que ele seja, lhes venha depois limitar o direito a uma reforma condigna e a uma eficiente cobertura da Segurança Social.

É preciso que os reformados e todos os trabalhadores se mobilizem contra esta política.

Segurança Social não é para servir objectivos e clientelas partidários

Nos últimos tempos, muito se tem falado sobre Segurança Social; uns dizem que é necessário repensar o sistema; outros que é necessário uma reforma, mas todas as intervenções vêm em tom alarmista e chega a falar-se, mesmo, em ruptura. Esse alarmismo tem vindo a ser acompanhado com medidas que visam restringir direitos, e outras estão a ser preparadas, tendo-se verificado também atrasos no pagamento nomeadamente do subsídio de desemprego.

Com estas medidas, o Governo tenta demonstrar que os problemas existentes na Segurança Social assentam, essencialmente, no uso indevido dos direitos por parte dos beneficiários, que são os contribuintes, quando o controlo do acesso aos direitos é feito pelos serviços da administração pública.

Existem, de facto, desequilíbrios financeiros muito acentuados nos vários regimes contributivos. Alguns são muito pouco contributivos, como é o caso das taxas de contribuições mais baixas do apuramento do rendimento e mecanismos de fuga à segurança social.

Contudo, o regime geral de segurança social é excelsentário. Em 1990, as receitas de contribuições deste regime foram de 725 milhões de contos e as despesas correntes 600 milhões; só que este grande regime engloba situações contributivas especiais que têm peso no financiamento, sobretudo o regime dos independentes, que provoca fortes défices.

Neste sub-regime, que abrange 783 mil beneficiários activos, os descontos fazem-se, em 80% dos casos, sobre um valor correspondente ao mínimo mesmo quando se trata de administradores e directores de empresas, de comerciantes e industriais.

E, como se sabe, há milhares de trabalhadores inscritos como independentes e que são trabalhadores por conta de outrem.

O regime especial dos agrícolas, que é quase não contributivo, só em 1990, determinou uma despesa superior a 100 milhões de contos.

Por outro lado, há ainda regime especial de alguns ferroviários e o regime não contributivo e de acção social que, em 1990, representou de despesa 92,1 milhões de contos.

Nestes últimos casos, o Governo não tem cumprido com as suas obrigações resultantes da Lei de Bases da Segurança Social, quando as transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Segurança

Social, que deveriam ser de 100%, não ultrapassam os 60% ao longo dos anos.

Não é de esquecer também a tendência que o Governo tenta instalar, cada vez mais, de ser a Segurança Social a financiar políticas de emprego.

No meio disto tudo, o papel do Governo, ao longo dos anos, tem sido o de sacudir a água do capote, muito embora tenha sido chamada a atenção para este conjunto de situações.

Por outro lado, justifica-se um maior financiamento da Segurança Social por parte do Orçamento de Estado, pelo facto de muitas prestações terem um carácter universal - abrangem toda a população - como é o caso do abono de família e outras, pelo que não deveriam ser financiadas apenas pelas contribuições dos trabalhadores por conta de outrem.

O resultado de toda esta situação é perverso porque são as contribuições dos trabalhadores por conta de outrem a suportar solidariedades com activos com maior nível de rendimentos e com camadas mais desfavorecidas e com pobres a quem a sociedade de forma global tem de responder.

Evasão e dívidas

A evasão à Segurança Social é muito forte.

As dívidas por parte do patronato à Segurança Social não param de crescer. São de 300 milhões de contos no final de 1992. Isto deve-se ao facto da fiscalização da Segurança Social não actuar. Os seus meios são escassos, deixou-se e deixam-se arrastar as situações, o patronato usa a Segurança Social como banca barata.

O comportamento do patronato verifica-se com dados concretos: em 1991, contribuintes devedores - 153 357. Deste global, só 2785 fizeram acordo para pagar as dívidas, mas destes só cumprem 20399. Sem qualquer acordo para pagar, são 150 572.

Por outro lado, é também de referir a baixa taxa global de cobrança dos Centros Regionais de Segurança



Social (70,4%) das contribuições a cobrar.

Com a lei das falências, a Segurança Social ainda vai perder mais porque, anteriormente, era um credor privilegiado e agora deixa de ser.

Também existem dívidas de serviços públicos, o que é um péssimo exemplo.

Quanto à evasão, verifica-se que existe uma grande fuga em relação aos salários declarados, pois se aplicamos 35,5% (a taxa contributiva global) à massa salarial dos trabalhadores por conta de outrem, obtém-se um valor teórico das contribuições muito acima do valor verificado.

É necessário e urgente uma gestão capaz

Em primeiro lugar é necessário moralizar verdadeiramente o sistema, não com a falsa "moralização" que o Governo pretende, que é pegado em casos de excepção (anunciando que há abusos) tentar fazer disso regra para diminuir os direitos dos beneficiários.

Moralizar implica que o Governo assumas as suas responsabilidades orçamentais. Desde que Cavaco Silva é Primeiro-Ministro - há 8

anos -, o não cumprimento das obrigações com a Administração, Acção Social e regimes não contributivos e o regime especial dos ferroviários representa já um défice de 360 milhões de contos.

Implica também pôr cobro às manobras do patronato que faz acordos para pagar as dívidas com a finalidade de receber os dinheiros do Fundo Social Europeu e logo que recebe o dinheiro para a formação, deixa de cumprir os acordos.

No estímulo ao primeiro emprego, faz permanentemente irregularidades dizendo que emprega jovens efectivos para não pagar as contribuições durante dois anos e, quando acaba o tempo, passa-os a prazo e mete outros ditos efectivos para receber mais subsídios.

Implica ainda o combate à fraude nas contribuições pois o patronato comunica salários mais baixos e emprega falsos independentes.

Contudo, quando quer despedir, altera substancialmente os salários para que os trabalhadores recebam subsídios de desemprego, mais elevados e assim não pagar as indemnizações devidas.

É necessário acabar com a situação da Segurança Social ser o banco onde o patrona-

to vai buscar dinheiro sem pagar quaisquer juros.

É necessário ainda uma gestão transparente na acção social; todos os anos é a rubrica que mais aumenta, mesmo muito mais as pensões. São milhares as instituições de solidariedade social que vão buscar dinheiro à Segurança Social.

Ninguém sabe que verbas tem e onde estão as aplicações.

O Governo não dá informações sobre a Segurança Social.

Não há conhecimento, ainda, da conta da Segurança Social de 1991. As últimas informações sobre dados conjunturais sobre dívidas reportam-se apenas ao 1.º trimestre de 1992.

Os trabalhadores, principais financiadores, não são ouvidos nem participam na definição da política social.

Muitos dos que agora falam, nomeadamente o Governo, já há muito tinham sido alertados pela CGTP-IN para a necessidade de tomar medidas em relação à gestão, ao financiamento, à fiscalização, etc., da Segurança Social.

Que pensões recebemos

mais de 750 mil pensionistas recebem	24 700\$000/mês
cerca de 560 mil recebem	17 600\$000/mês
mais de 500 mil recebem	15 700\$000/mês
cerca de 250 mil recebem menos de	15 700\$000/mês

O Governo não controla como devia capazmente a vida dessas instituições que, muitas delas, como tem vindo a lume, ainda tratam mal os idosos.

Por outro lado, quase nada se conhece do Fundo de Estabilização da Segurança Social, criado em 1989, destinado a ser um instrumento de equilíbrio da Segurança Social. Ninguém sabe quais os seus estatutos, quais os seus órgãos e quem os preenche, a não ser que tem um presidente.

Mais, a CGTP-IN promoveu várias iniciativas com a presença de conceituados especialistas, onde apontou medidas e fez propostas concretas, realistas e justas para melhorar a situação.

A Segurança Social tem de deixar de ser usada, de uma vez por todas, como objectivos políticos eleitoralistas e de servir a clientelagem partidária arremetida.

Maria do Carmo Tavares
Comissão Executiva da CGTP-IN

“O Governo não pode sacudir a água do capote”

— afirmou Manuel Carvalho da Silva, na Alameda

“Encontramos perante um quadro de agravamento da situação económica e social”, declarou Manuel Carvalho da Silva, ao intervir no grande comício que culminou no infundável desfile do 1.º de Maio promovido em Lisboa pelas uniões de sindicatos da capital e de Setúbal entre o Martim Moniz e a Alameda D. Afonso Henriques.

O coordenador da CGTP-IN recordou, perante as centenas de milhares de trabalhadores que o ovivam e aplaudiam, que “as responsabilidades dessa situação cabem essencialmente às políticas que têm sido seguidas pelo Governo, sendo inaceitável que este queira agora sacudir a água do capote, atribuindo as culpas a factores externos e pretendendo fazer recair, mais uma vez, a factura dos seus erros sobre os trabalhadores e as camadas mais desprotegidas da população”.

Não o pode fazer, disse, porque foi em resultado da sua política que os fundos comunitários destinados à reestruturação e modernização do aparelho produtivo foram praticamente desperdiçados. Têm servido, sobretudo, para favorecer clientelas políticas e alimentar a corrupção. O bom humor dos carros e panos presentes no desfile não pouparam esta realidade preocupante. Os manifestantes secundavam-nos, gritando: “O povo diz não à corrupção”.

Ainda grande parte do desfile não tinha entrado na Alameda, quando Manuel Carvalho da Silva fez o retrato da crise: “A produção agrícola corre o risco de desaparecer. A desindustrialização acentua-se com uma taxa de redução da produção três a quatro vezes pior que a da comunidade. O sector das pescas encontra-se em profunda crise e o sector mineiro é desactivado”.

Lamentava, de seguida, que o sector empresarial do Estado, que podia e devia ser instrumento dinamizador do crescimento e do desenvolvimento, esteja a ser desmiúdo, “com graves implicações para os interesses nacionais”.

A CGTP-IN sempre avisou que a política neoliberal e monetarista que dominou e domina o país, apoiando-se em altas taxas de juro e cotações cambiais, a par da pressão para uma contenção salarial, estava a impossibilitar a modernização do país e a criar um sector terciário e financeiro, em grande parte dos casos, parasitário.

CGTP-IN reclama uma nova política

As comemorações do 1.º de Maio provaram à sa-

cidade que essa política é responsável pela destruição sistemática de postos de trabalho, com despedimentos, “rescisões”, reformas antecipadas, passagem a disponíveis na Administração Pública, pelo recrudescimento da chaga dos salários em atraso e pela situação escandalosa do trabalho infantil.

De norte a sul do país, os trabalhadores atiraram à cara do Governo e do patronato a acusação de que não têm palavra, pois não cumprem os compromissos que assinaram em matéria de redução do horário de trabalho. Por isso, a CGTP-IN entende que “a luta pelas 40 horas semanais é cada vez mais premente”.

Puseram na rua o escândalo que é o Governo procurar “esconder a realidade do agravamento do desemprego que atinge já 8 por cento, proibindo ao IEFP o tratamento e divulgação dos dados recolhidos”.

Denunciaram, com imaginação e com o bom humor que a situação permite, o aumento e alargamento das desigualdades sociais, as manchas de pobreza, as marginalizações e as exclusões sociais.

“É por tudo isto — afirmou Manuel Carvalho da Silva — que a CGTP-IN reclama uma nova política, uma política que responda aos problemas que os trabalhadores e o país estão de facto a sentir”.

Lutar para garantir o emprego, os salários e os direitos

O coordenador da CGTP-IN passou, depois, em desfile o rol de injustiças e atropelos que marcam a actual política do Governo e ao mesmo tempo as reivindicações centrais do mundo laboral no presente.

Uma força de trabalho qualificada, motivada e bem paga é um factor fundamental para o desenvolvimento económico e a única via para que Portugal possa ser competitivo. No entanto, Governo e patronato insistem nos baixos salários com o pretexto de manter o emprego.

Responsabilizam os salários pela inflação, o que Manuel Carvalho da Silva classificou de inadmissível.

Colocam o aumento do desemprego como condição necessária para assegurar a competitividade das empresas. Mas esquecem-se de que “são os próprios empresários a salientarem que os principais obstáculos à actividade económica são o nível da procura, as altas taxas de juro, a política cambial e a falta de pessoal qualificado”, conforme notou o dirigente da CGTP-IN.

Procuram, a todo o custo, bloquear a contratação colectiva, sem que o Governo assumia as obrigações legais de intervir activamente na fase de conciliação dos processos negociais.

Manuel Carvalho da Silva reafirmou a necessidade de continuar a lutar pelos aumentos salariais, não sem antes criticar o Governo por ter aplicado “sem acordo dos sindicatos, aumentos salariais de 5 por cento na Administração Pública e na empresa pública e ameaçar com sanções económicas os sectores e empresas que ultrapassam os 6 por cento”.

É por isso que estão a ser aplicados a mais de 1 milhão de trabalhadores salários entre aqueles dois valores, isto quando a inflação se situa, neste momento, em 8,8 por cento, sem incluir a habitação.

Essa é razão suficiente para que a contratação colectiva seja desbloqueada.

Mas as preocupações dos trabalhadores e da CGTP-IN vão para além do emprego e dos salários. Muitos outros seus direitos e regalias estão a ser postos em causa, nomeadamente em matéria de segurança social, saúde e habitação.

Estão neste caso as medidas que limitam o acesso ao subsídio de doença, que visam obrigar os desempregados a prestar uma espécie de serviço cívico, que prevêem a revisão das situações de pensão por invalidez. O Governo está também determinado em aumentar a idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos e pretende rever o cálculo das pensões de reforma, visando reduzir o valor das futuras pensões.

O orador convidou os trabalhadores a opor-se firmemente a tais intenções.

Na área da saúde, o Governo, na ânsia de conter despesas e governamentalizar o Serviço Nacional da Saúde, segue uma política que faz correr riscos a saúde pública e põe em causa a segurança e a confiança dos utentes nos serviços de saúde.

A CGTP-IN exige a imediata revogação da lei da gestão hospitalar e a suspensão do estatuto do SNS, recentemente aprovado pelo Governo contra a vontade dos profissionais e utentes.

A política de ensino é, na opinião do coordenador da CGTP-IN, “justamente contestada por alunos, pais e professores”, sendo do interesse do país a reforma urgente e profunda do sistema de ensino.

O Governo, apesar do grande alarido feito com o “pacote” contra as barracas, continua sem ter uma política de habitação.

1.º DE MAIO COMEMORADO PELA CGTP TRABALHADORES UMA POLÍTICA DE

As comemorações do 1.º de Maio promovidas pela CGTP-IN decorreram em período de maré cheia de lutas. Pela sua grandiosidade, o protesto que nesse dia os trabalhadores levaram às ruas em todo o país marcou um ponto alto da luta que vem sendo travada por uma política diferente, por uma política que garanta melhores salários e emprego para todos, por uma política que trave o esvaziamento da função social do Estado em matéria de saúde, segurança social, ensino e habitação.

Maio estimulou também a intensificar a luta e a não dar tréguas à política que é responsável pela

5
JUNHO

crise
sas o
naci
gran
O
desa
real
com
o pa
apro
de tr
ta da CGT
Em Junho
e a maré n



Cruzada contra o exercício do direito de greve

Os manifestantes gritaram em Lisboa e em todo o país que “a greve é um direito”. Não foi por acaso. É que o direito de greve é um dos que são insistentemente violados pelo patronato e Governo, “perante a passividade dos órgãos responsáveis pela fiscalização e sancionamento dessas violações”, segundo afirmou Manuel Carvalho da Silva.

O quadro é inquietante e revelador de que se quer abolir a democracia dos locais de trabalho: “Trabalhadores são discriminados e perseguidos nos locais de trabalho por reclamarem o cumprimento dos seus direitos; são cada vez mais os militantes sindicais per-

seguidos e reprimidos pelo exercício da actividade sindical; milhares de trabalhadores são objecto de pressão e de chantagem para aceitarem despedimentos e indemnizações muitas vezes abaixo do mínimo legal ou mesmo sem o cumprimento dos seus direitos; trabalhadores são contratados a prazo para executar tarefas de carácter permanente; o Governo, na Administração Pública, impõe a lei da rolha e aos profissionais da PSP e outras forças de segurança teima em não reconhecer os direitos sindicais”.

É neste clima de afrontamento que o Governo e o patronato vêm desenvolvendo uma verdadeira cruzada contra o exercício do direito de greve.

Foi assim na CP, na RN, na TAP, na EDP e na Transtejo. Nestas empresas,

o Governo, em vez de respeitar a Lei da Greve, emitiu despachos ilegais de serviços mínimos que nada têm a ver com o assegurar as necessidades sociais imprevisíveis e que, a serem observados, levariam à laboral normal dessas empresas e à eliminação, na prática, do direito à greve.

Por isso, a CGTP-IN aconselha os trabalhadores a não obedecerem a tais despachos, pois “o direito à greve é para ser cumprido nos termos do quadro constitucional”, declarou o dirigente da CGTP-IN, para concluir que, hoje, como sempre, vale a pena lutar.

“É nesse caminho que temos de prosseguir. A partir dos locais de trabalho e em torno dos problemas concretos que, em cada caso, afectam os trabalhadores, promovendo a mais

ampla unidade na e continuarmos a nos conjungando e articulando diversas acções e fortalecendo a capacidade de resistência dos trabalhadores”.

Proseguir e intensificar a luta é imperativo, para que encontrar altern

políticas. “A CGTP-IN exige uma política diferente que desenvolva e modernize o aparelho produtivo de fenda e promova o emprego, que melhora o poder de compra dos seus, que garanta o exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, que promova a sociedade e a justiça social e o aprofundamento da democracia”, rematou Manuel Carvalho da Silva.

Com o nosso empenho, com a nossa essência objectiva e por ser alcançados.

O PELA CGTP-IN EM TODO O PAÍS LUTADORES EXIGEM MUDANÇA DIFERENTE

5 JUNHO

crise económica e social e pelas suas ruinosas consequências no aparelho produtivo nacional e nas condições de vida de uma grande parcela da população.

O Coordenador da CGTP-IN lançou esse desafio no comício de Lisboa, onde propôs a realização de uma grande jornada de luta, com manifestações e concentrações em todo o país, no dia 5 de Junho. A resolução ali aprovada pelas muitas centenas de milhares de trabalhadores presentes apoiou a proposta da CGTP-IN.

Em Junho, como em Maio, o caminho é de luta, e a maré não vai baixar.



ampla unidade na acção, continuaremos a nossa luta, conjugando e articulando as diversas acções e fortalecendo a capacidade de resposta dos trabalhadores".

Proseguir e intensificar a luta é imperativo, pois há que encontrar alternativas políticas.

"A CGTP-IN exige uma política diferente, que desenvolva e modernize o aparelho produtivo, que defenda e promova o emprego, que melhore o poder de compra dos salários, que garanta o exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, que promova a solidariedade e a justiça social e o aprofundamento da democracia", rematou Manuel Carvalho da Silva.

Com o nosso empenhamento e com a nossa luta, esses objectivos acabarão por ser alcançados.

AVEIRO

Joaquim Almeida:

"O direito ao trabalho é um elemento fundamental para a realização do Homem e um direito constitucionalmente reconhecido. Ele é também o pressuposto do conjunto dos direitos laborais, sociais e sindicais dos trabalhadores e não pode ser subordinado às conjunturas económicas e políticas. As conjunturas económicas e políticas é que deverão subordinar-se ao princípio da garantia do emprego.

(...) A solidariedade deve partir dos que podem mais para aqueles que menos têm e/ou são vítimas da marginalização e da exclusão social. No entanto, o que se verifica é uma clara inversão de valores ao tirar-se a quem já tem pouco para dar a quem tem de mais".

BRAGA

Adão Mendes:

"A 'democracia de sucesso', o desenvolvimento e o progresso prometidos por Cavaco Silva estão a ser sistematicamente desmentidos pela dura realidade que nos cerca, ou seja, a destruição do aparelho produtivo e consequente quebra da produção e competitividade dos produtos portugueses, pela desresponsabilização das funções sociais do Estado e pela quebra da solidariedade.

Assistimos, hoje, ao encerramento e falência de empresas a ritmo assustador, à destruição sistemática de postos de trabalho, com despedimentos, "rescisões", reformas antecipadas, passagem a disponíveis na Administração Pública, ao recrudescimento da chaga dos salários em atraso, ao aumento escandaloso do trabalho infantil".

As comemorações no Porto...

Vitor Ranita, coordenador da União dos Sindicatos do Porto, centrou a intervenção que fez na Baixa daquela cidade nos problemas que afectam o distrito do Porto, com especial incidência para o desemprego.

Assim, denunciou a existência de mais de 60 mil desempregados, representando 8 por cento da população activa do distrito. Na sua opinião, este problema irá adquirir contornos ainda mais preocupantes, se tivermos em conta que há cerca de 3500 novos desempregados por mês, que os encerramentos de empresas (alguns dos quais, segundo referiu, fraudulentos) aumentam, as falências sucedem-se e as "rescisões por mútuo acordo" continuam.

Por outro lado, sendo o distrito fortemente industrializado, Vitor Ranita lembrou que a quebra da produção na indústria transformadora (mais de 4 por cento a nível nacional) atin-

ge particularmente a região. Aproveitou a ocasião para criticar o Governo pela proibição de divulgação das estatísticas do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Depois vieram as referências aos acidentes de trabalho, aos salários em atraso e ao trabalho infantil, aspectos que afectam de forma muito especial os trabalhadores e as populações do distrito.

Vitor Ranita também não deixou passar em branco a intervenção da USP nas questões do desenvolvimento regional. Nesse sentido, reclamou a posse dos seus representantes e o funcionamento efectivo do Conselho Regional de Segurança Social do Porto, bem como a participação na discussão e execução do Plano de Desenvolvimento Regional e a ocupação dos lugares a que tem direito no Conselho da Área Metropolitana do Porto.

São as exigências da regionalização a surgir efeitos junto do

movimento sindical e suas estruturas.

No parte final da intervenção de Vitor Ranita, veio a reafirmação do projecto sindical da CGTP-IN como central sindical para todos os trabalhadores e surgiu então uma sentida homenagem aos milhares de trabalhadores ali presentes, nas palavras de Vitor Ranita, os "verdadeiros e mais importantes sindicalistas da CGTP-IN, no Porto, que nas empresas enfrentam directamente a repressão, que sofrem na pele as dificuldades diárias, que lutam e se batem por uma sociedade diferente".

Findas as intervenções, o programa das comemorações seguiu o seu curso normal, com um desfile pelas principais artérias da cidade e um espectáculo de encerramento com Pedro Barroso.

O 1.º de Maio no Porto terminou em clima de festa e com a afirmação da USP de um grande empenhamento na preparação da Jornada de Luta de 5 de Junho.

... e em todo o País



O 1.º de Maio foi comemorado pela CGTP-IN em todo o país. Em mais de 70 localidades, foram promovidas iniciativas diversas, tais como manifestações, concentrações, desfiles, comícios, convívios, provas desportivas, bailes, manhas infantis, espectáculos e outras.

A nível do nosso país, foi realmente a maior e a mais universal manifestação de solidariedade e de luta, como lhe chamou o coordenador da CGTP-IN. Milhares de milhares de trabalhadores e suas famílias encheram, as ruas não só de festa mas também, e sobretudo, de protesto

contra uma política de cariz marcadamente antitrabalhador.

A disposição de continuar a luta pelo emprego, pelos salários, por uma política diferente foi a mesma de norte a sul do país. Foi-o, para além de Lisboa e Porto, onde se realizaram as acções de maior dimensão, em Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Miranda, Covilhã, Torresendo, Unhais da Serra, Paúl, Minas da Panasqueira, Cerneache do Bonjardim, Prouença-Nova, Castelo Branco, Malpica do Tejo, Cebolais de Cima, Coimbra, Figueira da Foz, Louçã, Oliveira do Hospital, Évora, Faro, Guarda,

Gouveia, Manteigas, Seia, Loriga, Leiria, Marinhã Grande, Torres Vedras, Portalegre, Elvas, Ponte de Sor, Montargil, Poros do Arraio, Amarante, Felgueiras, Santo Tirso, Vila do Conde, Torres Novas, Alcanear, Setúbal, Alcácer do Sal, Grandola, Santiago do Cacém, Santarém, Viana do Castelo, Valença, Vila Real, Chaves, Régua, Viseu, Mangualde e Lamego.

Foi-o também nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, nomeadamente em Ponta Delgada, Horta, Funchal, Porto Santo e Machico.

LISBOA

Ulisses Garrido:

"Já houve tempos igualmente difíceis em que tudo parecia mais difícil e mais negro.

Agora não! Agora sabemos que o Governo não tem aprovação popular. Sabemos que Cavaco já não engana tanta gente.

Agora sabemos, sobretudo, que muito mais gente percebe as nossas críticas e propostas, que muitos mais cidadãos percebem a necessidade de fazer qualquer coisa, de resistir e de lutar.

Que muitos e muitos trabalhadores percebem a importância da unidade suada na realidade da exploração do dia-a-dia.

Nas fábricas, nos escritórios, nas lojas, nos campos e nos serviços. Daqui denunciamos, daqui afirmamos, daqui declaramos: Isto não pode continuar assim! E não vai continuar assim. Porque é preciso, é urgente uma política diferente."

PORTO

Vitor Ranita:

"Quero dizer de um governo que tem por política industrial... a desindustrialização?"

Que dizer deste governo que tem por política de pescas o abate de barcos e o fim da indústria construtora e por política agrícola a criação do desespero entre os agricultores?

Que dizer deste governo que liquida os sectores mineiro e aduaneiro e fica indiferente à sorte dos seus trabalhadores, que desmembra e privatiza ao desbarato indústrias e serviços do Estado, que transforma em negócios hospitalares, escolas e segurança social, que impõe tectos salariais, que limita o direito à greve, que "disponibiliza" milhares de trabalhadores na Função Pública, que promove dezenas de milhares de despedimentos no Sector Empresarial do Estado."

SETÚBAL

Rui Paixão:

"Hoje, os dirigentes sindicais já são levados a tribunal por desmerecerem as suas funções no exercício do direito à greve, como aconteceu recentemente com um dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas que participava num piquete de greve.

É espantoso, porque quem accionou o processo foi a própria Inspecção do Trabalho!

O Governo ofende direitos fundamentais dos trabalhadores e da democracia.

O direito do exercício de greve está a ser esvaziado através da tentativa de fixação dos chamados sectores mínimos, transformando-os em serviços máximos, esvaziando de conteúdo o direito efectivo à greve."

Depois de gastar 100 milhões Governo oferece a Siderurgia Nacional a estrangeiros

A comissão intersindical e a comissão de trabalhadores da Siderurgia Nacional acusam o Governo de se preparar para entregar "de borla" a empresa a um consórcio constituído por franceses (por acaso, uma empresa pública) e por espanhóis, os quais receberiam de mão beijada o mercado do aço português que é de 150 milhões de contos por ano.

Tanto a França como a Espanha têm excesso de produção de aço. No entanto, o consórcio já fez saber ao Governo português que espera que lhes "pague para ficar com a empresa".

A Siderurgia Nacional produz apenas metade do aço que o país consome, sendo do interesse nacional que a única empresa produtora de aço produza aquilo que se consume.

As duas estruturas dos trabalhadores da empresa recordam que ainda recentemente foram gastos mais 100 milhões de contos do erário público no saneamento financeiro e na chamada reestruturação.

Em resultado desta "reestruturação", mais de 50 por cento dos 6350 trabalhadores que existiam na empresa foram despedidos, e o Governo admite despedir ainda mais.

Os trabalhadores consideram ser inadmissível que depois de se ter gasto tanto dinheiro se pretenda, agora, reprivatizar a empresa e estranhar que a Siderurgia Nacional não possa continuar nas mãos do Estado português mas possa passar para as do Estado francês.

Trabalhadores da Metalomecânica Pesada acusam:

"Reestruturações só servem para destruir postos de trabalho"

Os trabalhadores da Metalomecânica Pesada fizeram greve no segundo período de trabalho do dia 13 de Maio e concentraram-se, pelas 16 horas, junto da Administração do grupo SENETE para repudiarem as tentativas de desmantelamento das empresas daquela holding.

Simultaneamente, exigiram a salvaguarda dos seus direitos, especialmente em matéria de emprego.

Os ORT's da Metalomecânica Pesada são de opinião que o prosseguimento da política de desmembramento e posterior desmantelamento das empresas do grupo - Mague, Sermague, MSET, Sorefame, SEPSA, Metalsines e SMM (algumas das quais já vão na 4.ª "reestruturação") - "conduziria à destruição do sector e a mais desemprego".

As chamadas "reestruturações" só têm servido para destruir postos de trabalho. "Dos 13 600 que existiam no sector - dizem os ORT's - já foram destruídos mais de 10 mil e entretanto são anunciados novos despedimentos".

O Governo entregou ao capital privado, nomeadamente ao estrangeiro, cerca de 40 por cento do que o Estado detinha em toda a actividade da Metalomecânica Pesada, tendo ficado apenas com 21,3 dos 60 por cento que detinha.

No decurso da concentração, os trabalhadores aprovaram uma resolução em que se diz que a luta pela segurança no emprego e pela viabilização das empresas vai continuar sob formas a decidir.

Dirigente do SIESI absolvido em tribunal

Manuel Correia, dirigente do SIESI e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, foi absolvido pelo Tribunal de Trabalho de Setúbal, numa acção intentada pela IGT daquela cidade que o acusava de desobediência por não permitir a entrada do delegado da IGT pela porta da empresa onde se encontrava em piquete de greve.

O Meritíssimo Juiz do Tribunal, para além de ter absolvido Manuel Correia, louvou a sua conduta e exortou-o a prosseguir "capazmente" a sua actividade sindical, "como o tem feito até aqui".

Aviação e Aeroportos na rota da luta e da unidade

A violenta onda de repressão que o Governo e o patronato faz abater sobre os trabalhadores da aviação e aeroportos está a receber destes uma resposta pronta e firme, com um empenho e uma unanimidade de pontos de vista como há muito não se verificava.

Por razões aparentemente distintas, mas motivadas por uma mesma política desastrosa, praticamente todas as áreas da aviação em Portugal se encontram envolvidas em processos de luta pela defesa das próprias empresas, dos postos de trabalho, de direitos fundamentais e, até, pelo recebimento de salários em atraso.

Para o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, SITAVA, não há memória de um conjunto de situações tão graves para os trabalhadores e para o próprio país como as que agora se verificam.



Manuel Lopes, da Comissão Executiva.

Os trabalhadores estão firmemente empenhados na luta pela manutenção do Acordo de Empresa e pela salvaguarda dos direitos adquiridos e das liberdades constitucionais. Reivindicam uma justa actualização salarial e a defesa dos postos de trabalho.

No cerne da contestação está o "regime sucedâneo", bem como o congelamento dos salários de 1992, que liquidam os direitos que os trabalhadores conquistaram há 25 anos. Os trabalhadores estão contra a tentativa de instituir um regime interno prepotente, intransigente e

autoritário - como nem no tempo da ditadura teve lugar na TAP - e opõem-se à redução dos postos de trabalho e ao espectro do desemprego que paira sobre os trabalhadores da empresa.

ANA

Os trabalhadores da ANA - Aeroportos e Navegação Aérea fizeram uma greve parcial no dia 14 de Maio e mantiveram uma greve ao trabalho extraordinário entre os dias 13 e 15 de Maio porque contestam a imposição do aumento salarial de 5 por cento, numa altura em que o

crescimento dos resultados líquidos da empresa registaram um crescimento de 360 por cento entre 1991 e 1992.

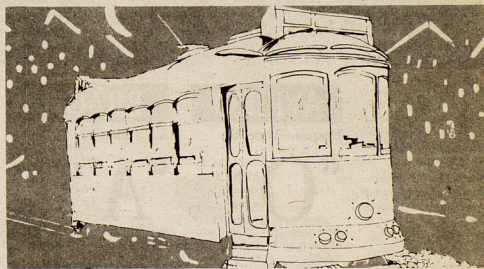
LAREUROAIR

Em Faro, os trabalhadores da LAR TRANSREGIONAL (EUROAIR) fizeram uma greve de 24 horas no dia 5 de Maio. Os trabalhadores desta empresa estão sem receber salários desde o passado mês de Janeiro, vivendo numa situação difícil, vendo o seu futuro laboral seriamente comprometido e com consequências dramáticas no plano social.

Carris Violação de direitos e repressão condenadas

Um Tribunal de Opinião Pública julgou e condenou a Administração da Carris pela "violação de direitos e a repressão sobre os trabalhadores". O julgamento realizou-se no dia 6 de Maio, em Santo Amaro, promovido pelas organizações representativas dos trabalhadores Carris, pelos sindicatos do TULL, Rodoviários do Centro e FSTRU.

Ficou provado no Tribunal que a Administração da Carris usa processos repressivos contra os trabalhadores e persegue e tenta marginalizar os seus representantes, com o intuito de enfraquecer e desarticular as organizações representativas dos trabalhadores, chegando ao cúmulo de sancionar disciplinarmente dirigentes sindicais pelo simples facto de dirigirem a palavra aos trabalhadores no local de trabalho e ao absurdo de instaurar um processo disciplinar com o intuito de despedir um delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores por participar num plenário que se realizou num local diferente daquele que o Conselho de Administração pretendia.



A violação dos direitos dos trabalhadores foi uma das mais acentuadas acusações feitas ao Conselho de Administração da Carris. Foi acusado de violar o direito à contratação colectiva e romper injustificadamente os processos negociais para aplicar as orientações emanadas pelo Governo.

Também se provou que viola, entre outros, o direito à greve através do recurso sistemático à aplicação ilegal dos impropriamente designados "serviços mínimos" e utiliza instrumentos de coacção dos

trabalhadores para que não aderiram às greves, designadamente alargando o conceito de absentismo aos dias de greve e aos feriados como forma de restringir de forma significativa os prémios de produtividade.

A Administração da Carris também foi acusada de violar a regulamentação colectiva sobre as funções dos motoristas e guarda-freios em regime de agente único ao tentar impor-lhes a obrigatoriedade da venda de passes a bordo dos veículos e foi provado que não

cumpru o Acordo de Empresa, acordado há mais de 10 anos, por recusar aos trabalhadores o direito de faltarem um dia por mês, nos moldes em que se encontra instituído, por fracções de meios dias.

O Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, que presidiu ao júri do Tribunal, resumiu toda a acusação produzida e acrescentou que a prática da Administração da Carris é não só contrária aos trabalhadores como também aos próprios interesses da população de Lisboa.

Qualidade de vida dos portugueses tem que aumentar

A CGTP-IN assume, no actual contexto, uma posição que nada tem de dubia: as políticas do patronato e do Governo não servem os interesses do país, dos trabalhadores e da população em geral. Há que desmascarar as mentiras da propaganda do Governo e mobilizar forças para encontrar uma alternativa política.

Em dada altura, o Governo quis convencer os portugueses de que o nosso país era um oásis numa Europa em crise. Mentia.

Pouco tempo depois, virou o culco ao pego, atribuindo as culpas do indesejável descalabro económico e social a que conduziu o país a factores externos, isto é, à crise na Europa. Continuava a mentir.

Os trabalhadores, porém, têm demonstrado, com a sua luta grandiosa, que não contentam-se com uma política tão ruínoza e socialmente injusta como a que vem sendo seguida. Exigem, com a CGTP-IN, uma política diferente.

Por isso vão lutar no dia 5 de Junho.

Governo e patronato concertados contra os salários

O patronato bloqueia a contratação colectiva.

O Governo, por sua vez, ameaça sancionar os aumentos salariais superiores a 6 por cento, como aconteceu no tempo dos tetos salariais.

Impõe ainda aumentos de apenas 5 por cento na

Administração Pública, valor que não sequer a inflação prevista cobre.

Bloqueia a contratação nas empresas do sector público, onerando ao momento, não foi assinado qualquer acordo de rendimentos.

Actualizou o salário mínimo nacional com meses de atraso, aumentando-o apenas em 2900 escudos, o que constitui uma afronta a milhares de trabalhadores.

A contratação salarial é inaceitável

O Governo e o patronato responsabilizam, hipocritamente, os salários pela inflação, mas omitem que estes não têm acompanhado o crescimento da produtividade e que a sua percentagem na distribuição do rendimento nacional tem vindo a decrescer.

Não é menor a hipocrisia quando argumentam que, só com baixos salários, é possível manter o nível de emprego. Primeiro, porque uma força de trabalho qualificada, motivada e bem paga é factor determinante para o desenvolvimento económico. Segundo, porque, mesmo com baixos salários, o desemprego não pára de crescer.

Portugal tem os salários mais baixos e o menor poder de compra da CE, ficando mesmo atrás da Grécia. Os alemães ganham o quíntuplo e os Espanhóis o triplo do que ganhamos.

Estas são razões suficientes para justificar as reivindicações dos trabalhadores que no dia 5 de Junho se vão mani-

festar por todo o país e exigir com a CGTP-IN:

- aumentos salariais que façam crescer o poder de compra

- o desbloqueamento da contratação colectiva

- a correção do salário mínimo

- a negociação na Administração Pública, tendo em vista proceder a um ajustamento salarial ainda em 1993.

Temos direito a mais e melhor emprego

O desemprego no nosso país está a crescer a ritmos assustadores, situando-se já em 8 por cento da população activa.

Nos transportes aéreos e terrestres, nas comunicações, na indústria naval, na metalomecânica pesada, na EDP, no sector químico, nas indústrias de papel, do têxtil, nas indústrias eléctrica e electrónica e nos cimentos, milhares de trabalhadores videntes para a produção são ameaçados pelo desemprego e empurrados para a rescisão forçada.

Alastram, ao mesmo tempo, os empregos precários e clandestinos (contratos a prazo, trabalho ao dia e à hora, o alugar de mão-de-obra, o falso trabalho indigente, o trabalho infantil e outras originalidades da realidade nacional).

O Governo "aprisiona" os números

A CGTP-IN sempre afirmou que a política económi-

ca do Governo, nomeadamente as elevadas taxas de juro, levariam à destruição de parte significativa do aparelho produtivo.

Os fundos comunitários destinados à modernização e reestruturação do aparelho produtivo também de pouco valeram, pois foram em grande medida desperdiçados. Servem para favorecer clientelas paritárias e alimentar a corrupção.

O resultado é o que se vê. No primeiro trimestre de 1991, inscreveram-se 17 mil desempregados nos centros de emprego. Em 1992, 19 mil. Em igual período deste ano, o número de inscritos subiu para 27 mil.

Perante estes números, o impensável acontece. O Governo, em vez de tomar as medidas correctoras que a situação exige, prefere proibir a divulgação das estatísticas elaboradas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Perante este quadro, a CGTP-IN reivindica:

- Uma política económica diferente, que reduza as taxas de juro, aproveite eficazmente os recursos comunitários e as potencialidades nacionais, objective pleno emprego e salvegarde o aparelho produtivo real (indústria e agricultura)

- A implementação de uma política social de combate às desigualdades sociais, às manchas de pobreza e às exclusões sociais

- O fim da cruzada contra o exercício do direito de greve e a efectivação de direitos básicos dos trabalhadores, hoje insistentemente violados.

Os interesses nacionais

A indústria naval faz falta ao país. O comércio exterior português processa-se, essencialmente, por via marítima, com a participação da frota nacional nos transportes de mercadorias foi apenas de 14 por cento no total importado e de 5,6 por cento no total exportado, em 1990. Neste mesmo ano, na rubrica de Transportes da Balança Comercial Portuguesa, onde os transportes marítimos são predominantes, o saldo de "Fretes de Mercadorias" atingiu valores negativos de 182 milhões de contos. Em 1991 o saldo negativo deste item foi de 194 milhões de contos e em 1992, só no primeiro semestre, já ia em 103 milhões.

Face ao peso negativo destes valores nas contas externas nacionais que tratam o crescente recurso a navios estrangeiros devido à insuficiência da nossa frota, os trabalhadores defendem a necessidade da existência de um programa claro e completo de construção de novos navios em articulação com a capacidade disponível dos estaleiros.

Governo instrumentaliza estatística

A CGTP-IN denunciou a falta de legitimidade do Governo para suspender a publicação de dados estatísticos relativos ao desemprego registado e acusou-o de pôr em causa a autonomia do Sistema Estatístico Nacional, aprovado pela Assembleia da República.

Para a CGTP-IN, a decisão do Governo de recorrer à "repressão estatística" significa que pretende generalizar o sistema estatístico para esconder as consequências desastrosas da sua política e impedir que traduzam o agravamento da situação económica e social.

Actualmente, o inquérito ao emprego já assenta em conceitos muito contestáveis, como o de considerar que deixam de ser desempregados aqueles que trabalharam uma hora numa semana e todas as pessoas sem emprego que deixem de fazer diligências para o obter, mesmo que saibam que não existem empregos na região.

Agora, com a suspensão das estatísticas, mesmo feitas com critérios sérios, está em jogo toda a credibilidade da informação estatística e a sua total instrumentalização por parte do Governo.

Os domingos são para descansar

A Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (CGTP-IN) e a Federação do Comércio Retailista Português assinaram, no passado dia 18, uma declaração conjunta onde defendem "a criação de um quadro normativo adequado, que passa necessariamente pela alteração do Decreto-Lei nº 417/83, nomeadamente para assegurar a obrigatoriedade do encerramento semanal ao domingo".

O documento exceptua as farmácias, as agências funerárias, os postos de abastecimento de combustíveis, tabacarias, floristas e, nas zonas turísticas, os estabelecimentos exclusivamente dedicados ao artesanato.

Segundo a declaração, as organizações signatárias entendem recomendar a redução da duração semanal do trabalho para 40 horas, com dois dias de descanso, e a penalização, através de regulamentação a consignar nas convenções colectivas, da prestação do trabalho ao domingo e feriados por forma a desincentivar a abertura dos estabelecimentos nesses dias.

Reclamam ainda ao Ministério do Emprego e Segurança Social a correção e publicação de Portarias a Extensão dos contratos colectivos para o comércio a retalho a todas as actividades que não dispõem de regulamentação própria, por forma a impedir a existência de "zonas de ninguém" em matéria de fundamental importância para o sector.

Acordaram também solicitar entrevistas ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, grupos parlamentares, presidência da Comissão Episcopal para a Acção Social e Caritativa, presidência da Associação Nacional de Municípios, associações de consumidores e associações de famílias.

Saudação à luta dos pescadores

A Comissão Executiva da CGTP-IN enviou uma saudação aos pescadores em luta e seus sindicatos, que exorta "a manterem-se firmes na defesa dos seus legítimos e justos interesses".

A mensagem condena, ao mesmo tempo, "a atitude de recusa ao diálogo por parte do Ministério do Mar", exigindo que o mesmo ministério receba os dirigentes sindicais dos pescadores para com eles encontrar uma solução justa para os problemas".

A luta dos pescadores agudiza-se e estende-se a um crescente número de docas e centros piscatórios: Matosinhos, Peniche, Lisboa, Seiximira e outros. A sua revolta prende-se no essencial com a ausência de uma política de Pesca no nosso país e de medidas de protecção aos pescadores portugueses.

Por via disso, o sector encontra-se numa crise generalizada. Os pescadores não auferem rendimentos mínimos, toneladas de peixe que não se conseguem vender são devolvidas ao mar, ao mesmo tempo que o mercado português é invadido por peixe importado de países terceiros.

Riopele, SA discrimina 1100 trabalhadores

Para espanto de todos e sem qualquer razão que o justificassem, a Administração da Fábrika Têxtil Riopele, SA decidiu discriminar 1100 trabalhadores, ou seja, cerca de 35 por cento.

Fê-lo na mesma altura em que decidiu aplicar, em fins de Março, isto é, ao fim de 14 meses, aumentos salariais de 6 por cento a parte dos 3500 trabalhadores da empresa.

Concretamente, a administração pretende discriminar todos os trabalhadores que têm faltas ao trabalho, qualquer que seja o motivo e o número de faltas; todos os que têm mais de 56 anos de idade, sejam homens ou mulheres; todos os que não aceitarem rescindir os contratos, ou seja, que passem de livre vontade a desempregados, a troco do subsídio de desemprego; os dirigentes e delegados sindicais.

O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes e a Comissão Sindical da empresa denunciaram este "vergonhoso comportamento" da Administração que, enquanto recebe milhões do Governo, afronta os trabalhadores com decisões prepotentes e miseráveis.

Decidiram ainda apelar aos trabalhadores para que recusem as propostas de rescisão dos contratos e proceder judicialmente contra a empresa, pois tais actos violam a legislação laboral e a Constituição da República.

Indústria Naval Despedir dá milhões

Encerrar a Lisnave, despedir 4000 trabalhadores, arrecadar 30 milhões de contos com a especulação imobiliária dos terrenos da empresa na Margueira, beneficiar de fundos comunitários e ainda receber os estaleiros da Setenave que são públicos, eis o plano proposto pelo Grupo Melo ao Governo para "reestruturação" do sector naval, "de acordo com as normas da Comunidade Europeia".

Segundo a Federação dos Metalúrgicos, o plano apresentado ao Governo pelo administrador da Lisnave, José Manuel de Mello, visa o encerramento do estaleiro na empresa na Margueira, em Almada, e a concentração da reparação naval nos estaleiros da Mitrena, em Setúbal, conjuntamente com a Solisnor/Setenave, eventualmente com o abandono na construção naval neste último estaleiro.

A concretização deste projecto implicaria o despedimento de cerca de 4000 trabalhadores dos 6200 existentes actualmente na Solisnor/Setenave e na Lisnave - empresas que já chegaram a ter, em conjunto, 17 000 trabalhadores - e a venda

dos terrenos (50 hectares) onde se situa o estaleiro da Lisnave poderá render 30 milhões de contos nos meandros da especulação imobiliária, não obstante terem sido cedidos pelo Estado, exclusivamente para a actividade do estaleiro.

Propostas dos trabalhadores

A este plano opõem-se, obviamente, os trabalhadores e as suas estruturas representativas, não apenas pela defesa dos seus direitos mas no próprio interesse da economia nacional. Os trabalhadores reclamam junto do Governo o direito de previamente se pronunciarem antes de qualquer decisão relativa ao sector, o que pressupõe que o Governo adopte uma política de diálogo com informações precisas e atempadas.

Os trabalhadores propõem a adopção de medidas, a curto e médio prazo, que ponham cobro à degradação do sector naval, no qual defendem existir potencialidades para contribuir para o desenvolvimento da economia nacional. De entre essas medidas, a Federa-

ção dos Metalúrgicos considera essencial e urgente a garantia dos direitos dos trabalhadores e a viabilização e desenvolvimento da indústria naval.

No plano dos direitos dos trabalhadores, a Federação reivindica a implementação de uma política de pessoal que satisfaça as necessidades do sector e cumpra os direitos dos trabalhadores, garantindo nomeadamente a manutenção dos actuais postos de trabalho, uma política salarial justa, a formação profissional, a higiene e segurança no trabalho, a redução do horário de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores e dos seus órgãos representativos.

Para a viabilização do sector e para que Portugal disponha de uma indústria naval moderna, dinâmica e competitiva, a Federação defende a consolidação dos mercados da construção e reparação naval, a utilização da capacidade instalada das empresas, a renovação das frotas da marinha mercante e das pescas, a inovação tecnológica dos estaleiros, o saneamento financeiro dos estaleiros e o financiamento necessário ao investimento na modernização dos estaleiros.

AGENDA

3-4 JUNHO:
3.º Congresso da US Braga.

4-5 JUNHO:
3.º Congresso da US Santarém.

6 JUNHO:
3.º Congresso da Federação das Pescas.

18-19 JUNHO:
3.º Congresso da FSTIEP.

1.ª QUINZENA:
Conferência Distrital de Reformados de Coimbra;
Colóquio "A Segurança Social a que os reformados têm direito", em Coimbra.

2.ª QUINZENA:
Conferência distrital dos jovens trabalhadores de Coimbra.

Escudo suspenso

A crise económica que o país atravessa esteve por detrás da decisão do Governo de suspender temporariamente a moeda nacional das taxas de câmbios do Sistema Monetário Europeu.

A economia portuguesa entrou em recessão e as exportações não estão a ser

competitivas nos mercados internacionais.

Num primeiro comentário a esta medida, a CGTP-IN considerou que "uma desvalorização cambial se apresenta, a curto prazo, como uma medida necessária, entre outras, para tentar atenuar as dificuldades comerciais externas".

Governo esconde inflação real

O Governo está a produzir valores de laboratório para a evolução do índice de preços no consumo médio, estando a divulgar valores entre 5,3 e 6,2 por cento, denunciou a CGTP-IN, em comunicado de imprensa datado do passado dia 19.

A central sindical considera que se está perante uma acção de desinformação da opinião pública, já que estes dados estão a ser utilizados com o objectivo manifesto de esconder que a inflação média anual se situa em 8,5 por cento.

A CGTP-IN é de opinião que, ao indicar valores erróneos sobre a inflação, o Governo pretende criar a ideia de que os aumentos salariais são exagerados. Ainda recentemente, o ministério das Finanças divulgou que os 50 contratos colectivos de trabalho entrados para depósito até 24 de Abril consagram um aumento médio de 8,4 por cento, valor idêntico à inflação verificada nos doze últimos meses, recorda a confederação.



CGTP-IN CONVOCA MANIFESTAÇÕES E CONCENTRAÇÕES PARA 5 DE JUNHO

Pelos salários e pelo emprego por uma política diferente

O carácter grandioso e combativo das comemorações do 1.º de Maio levadas a efeito pela CGTP-IN constituem sinal claro de que os trabalhadores portugueses não estão dispostos a aceitar a continuação de uma política que, cada vez mais, lhes é adversa. Foi assim que o entenderem os órgãos dirigentes da CGTP-IN que convocaram, em pleno Dia Mundial do Trabalhador, uma

grande acção de luta para dia 5 de Junho.

No fundamental, essa acção será constituída por manifestações e concentrações em todo o país, onde serão exigidos melhores salários e emprego e reivindicada uma política diferente.

Foi por isso decidido que Maio seria mês de luta, estando toda a acção sindical virada para a mobilização dos trabalhadores para aquela acção. Como mé-

todo de actuação, pareceu aos promotores que a forma mais eficaz de conseguir os objectivos traçados era que cada semana do mês em curso obedecesse a uma linha de força, isto é, que o esclarecimento e as iniciativas levadas a efeito incidissem sobre um dos seguintes aspectos específicos: segurança social, salários, emprego, saúde e defesa dos direitos individuais e colectivos.

Assim, na semana que terminou em 8 de Maio, a intervenção sindical centrou-se sobre a denúncia da política de Segurança Social. Nesse âmbito, realizaram-se plénários de rua e outras acções de sensibilização em Lisboa, Setúbal, Castelo Branco, Braga, Guarda, Porto, Santarém, Viseu e Coimbra. Os trabalhadores da Segurança Social efectuaram durante a semana plénários e

acções de protesto contra a intenção do Governo de lançar milhares de trabalhadores no chamado quadros dos "disponíveis".

A necessidade de melhorar os salários por forma a aumentar o poder de compra dos portugueses foi defendida com especial ênfase na semana de 10 a 15, enquanto o direito ao trabalho e à segurança no emprego mereceram a primazia na semana de 17 a 22.

A defesa da saúde e dos direitos foram os elementos mobilizados das duas semanas seguintes.

Em cada uma destas semanas, a CGTP-IN emitiu folhetos com a argumentação que sustenta cada uma das principais reivindicações dos trabalhadores portugueses.

Contam-se por dezenas as

acções de protesto e concentrações que durante o mês de Maio foram levadas a efeito, demonstrando, no global, uma grande determinação dos trabalhadores em contrariar a actual política.

Foi assim com os pescadores que conseguiram chegar a brasa à sua sardinha, isto é, impedir que a impiedosa concorrência estrangeira continuasse a desrespeitar as regras do jogo.

Foi assim com os trabalhadores da Metalurgia e da Metalomecânica em vários distritos, nomeadamente em Braga e Viana do Castelo. Foi assim nos sectores dos Cimentos e Vidro, da Hotelaria, dos Transportes Aéreos e Terrestres (ver notícias noutras páginas), das Comunicações e dos CTT, que estão em greve às horas extraor-

dinárias e trabalho suplementar.

Foi assim na Administração Pública, em que se destacam as greves dos trabalhadores da Saúde, no dia 14, e dos trabalhadores das Alfândegas, dois dias antes, contra a extinção de 1100 postos de trabalho, bem como as concentrações e outras formas de protesto levadas ao cabo pelos contratados a termo certo no Ensino Básico e Secundário, de vários grupos profissionais da Administração Local.

São ainda de referir a manifestação nacional em Lisboa promovida pela Associação Sócio-Profissional da PSP no dia 20, a greve nacional dos professores convocada para dia 27 e diversas greves na CP.

PRINCIPAIS ACÇÕES

ALGARVE:

Concentração, Faro, L. Tribunal Judicial, 16 horas.

AVEIRO:

Concentração/manif., L. Estação, 15 horas.

BEJA:

Concentração/manif. em Beja e Aljustrel.

BRAGA (4 Junho):

Concentração/manif. em Guimarães, Jardim da Alameda, 18 horas.

BRAGANÇA:

Acções junto das empresas e população.

CASTELO BRANCO:

Manif., Covilhã, Jardim Público, 16 horas.

COIMBRA (4 Junho):

Concentração, Pr. 8 de Maio, 16 horas.

ÉVORA:

Concentração, Jardim das Canas, 11 horas.

GUARDA (4 Junho):

Concentração, frente Governo Civil, 16 e 30.

LISBOA:

Manif. M. Pombal-Rossio, 15 horas.

PORTALEGRE:

Concentração, Benavista, frente Junta de Freguesia, 17 horas.

PORTO:

Desfiles e manif., Pr. Liberdade, 15 horas (pré-concentra-

ções no Campo 24 de Agosto, Igreja de Cedofeita e CM Gaia).

SANTARÉM:

Concentração, Entroncamento, 17 horas.

SETÚBAL:

Manif. M. Pombal-Rossio (Lisboa)

VIANA DO CASTELO:

Concentração, Pr. República, 11 horas.

VILA REAL:

Plenário dirigentes e activistas.

VISEU:

Concentração, Rossio, 11 horas.

CGTP-IN RECLAMA

- uma correcção do aumento salarial da Administração Pública, do salário mínimo nacional e das pensões mínimas da Segurança Social;
- aumentos salariais que tenham em conta a melhoria do poder de compra;
- a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais;
- a erradicação dos salários em atraso, o fim dos despedimentos arbitrários, a manutenção e criação de novos empregos, o fim dos empregos precários e a valorização da mão-de-obra, como factores determinantes para o desenvolvimento e o progresso do País;
- a manutenção e melhoria do Serviço Nacional de Saúde;
- o desbloqueamento imediato dos contratos colectivos e o exercício efectivo da negociação colectiva;
- o fim imediato da política de criação de excedentes e de desarticulação dos serviços da Administração Pública;
- o exercício efectivo do direito à greve e à acção sindical nos locais de trabalho, o fim das perseguições a dirigentes, delegados e activistas sindicais.